

*Artigo

INJUSTIÇA ELEITORAL

O motivo que levou à criação do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) foi a constatação de que os grandes problemas de desvios de recursos públicos, corrupção envolvendo fraudes na atuação dos gestores, eram decorrentes de vícios que haviam se dado, antes, no processo eleitoral.

É bem fácil de ver que o candidato pede apoio financeiro a empresas para custear a sua campanha eleitoral, e em troca da doação feita, aquelas serão fornecedoras do ente público tão logo seja declarado o vencedor da eleição. E é lógico de se esperar que no sistema capitalista não exista a figura do “financiador samaritano”, se ele aplica recursos financeiros no candidato é porque deseja gordos contratos públicos. É um simples e esfomeado investidor, não um apaixonado por política ou por boas práticas de gestão. Nessas contratações, geralmente por meio de processos viciados, é que são “quitados” os débitos que restaram da campanha eleitoral, de modo que as caríssimas peças de propaganda (incluindo os horrorosos cavaletes e as “novelinhas” com choro na tevê) são pagas indiretamente por toda a sociedade.

Com essas premissas podemos concluir que o “ovo da serpente” de toda a corrupção é a especialíssima Corrupção Eleitoral. E institucionalmente quem deve combater-la é a Justiça Eleitoral, ramo do Poder Judiciário que ganhou importância, mas ainda está em débito com a sociedade. A demora para decidir, somada à incapacidade de punir as infrações eleitorais, levam a uma insegurança jurídica, quebra de confiança e políticos acusados de corrupção exercem o mandato integralmente, seus inúmeros processos nunca são julgados.

Nesta campanha de 2014 o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso lançou mão de um aplicativo chamado “Pardal”, na verdade um software que permite o envio de denúncias de infrações eleitorais a uma plataforma eletrônica. A ideia é boa, o cidadão pode fotografar ou gravar em formato de áudio, e enviar pelo smartphone diretamente a quem tem atribuição de punir. Segundo notícias do próprio TRE centenas de denúncias foram registradas durante o processo eleitoral por meio do sistema Pardal, prova de que o cidadão flagrou ilicitudes.

Mas uma pergunta ainda não teve resposta: quantos infratores foram ou serão punidos?

Ora, a eleição de 2014 foi atípica, graças a Copa do Mundo e a um grupo de candidatos ficha-suja que insistiram em desafiar a paciência do eleitor (apresentando candidaturas juridicamente inviáveis). Isso afastou o bom debate eleitoral, e para se ter uma ideia da apatia geral, um contingente de 900 mil eleitores, mais robusto que os 830 mil que depositaram voto no governador eleito, deixaram de comparecer às urnas em Mato Grosso.

Deixar de votar também é uma forma de protesto. Para o cargo de senador a abstenção, somada aos votos brancos e nulos chegou a 46%, o que gera um déficit de representação a rondar os eleitos.

Neste cenário podemos afirmar que o volume de infrações eleitorais foi igual ou superior às eleições anteriores. Só houve menos flagrantes, ainda que o Pardal estivesse ativo. Na eleição de 2010 o MCCE (Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral) preventivamente entregou um “mapa” da corrupção que ocorreria na cidade de Campo Verde. O Ministério Público Eleitoral e a Polícia Federal flagraram, investigaram, mas a Justiça Eleitoral não puniu os crimes. Na eleição anterior (2006) o “mapa da compra de voto” era de Santo Antonio do Leverger.

Um dado importante. O candidato eleito não pode ser diplomado se as contas não tiverem sido apreciadas e aprovadas. Graças a um “acordo de cavalheiros” em 2010 houve diplomação sem a votação e aprovação das contas. Ali nasceu o chamado “cheque guarda-chuva” de 1 milhão, 5 milhões de reais. Os emitentes de tais cartões (para saques em “dinheiro vivo”) seriam depois, no curso do mandato, “abraçados” pela Operação Ararath, entre outras.

Isto quer dizer que o filtro da Justiça Eleitoral falhou em 2010 e isso obrigou a sociedade a conviver com gestores corruptos, que fizeram dos mandatos a extensão de seus negócios, impuseram a toda a sociedade as obras milionárias de “mobilidade urbana” cujos prejuízos serão pagos pelas gerações futuras. Os idealizadores do milionário projeto do VLT (ao custo de 1,5 bilhão), só para citar um exemplo de política pública absolutamente equivocada, não seriam eleitos e empossados se a fiscalização da Justiça Eleitoral fosse efetiva.

Agora em 2014 o cenário não é muito diferente.

Os abusos de poder político, o uso da máquina pública, a contratação irregular de cabos eleitorais, compra de votos, corrupção de lideranças, utilização de “caixa dois”, foram práticas comuns e usadas sem cerimônia por diversos candidatos, eleitos e não eleitos.

O MCCE apresentou ao Ministério Público Eleitoral alguns contratos assinados por candidatos evidenciando despesas “por fora” e inclusive listagem com “lideranças” cooptadas, neologismo para a captação ilícita de sufrágio (compra de voto). Cópias de cheques, indicação de fontes ilícitas de recursos financeiros, benefícios recebidos de fontes vedadas etc. Tudo isso ocorreu nessas eleições.

Resta saber agora se a Justiça Eleitoral vai agir. Há um candidato cuja lista de apontamentos de irregularidades chega a 40 páginas, e ficamos aqui curiosos em saber se o mesmo terá o “benefício” de aprovação das contas de sua campanha. Se passar por este filtro da “Justiça” logo, logo será alcançado pelos noticiários policiais, será mais um “metendo a mão” em recursos públicos. E utilizando o foro privilegiado para não ser preso.

O “passer domesticus” (Pardal) da Justiça Eleitoral vai cair no descrédito?

A sociedade não merece isso.

Antonio Cavalcante e Vilson Nery são ativistas do MCCE (Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral) em Cuiabá/MT

Diário da Serra®

O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

Propriedade da Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME

ISSN 2258-6487

FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996

Edição on line desde 06 de setembro de 1997

ENDEREÇO

Av. Tancredo Neves, 1247-W, Jardim do Lago II - Tangará da Serra - MT - CEP: 78300-000

Fone (85) 3326-4724 - Fax 3326-6501

CIRCULAÇÃO

Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arapuanã, Nortelândia, Nova Montanha, Santo Afonso, Serra do Bugre, Campo Novo do Pareizi e Sapezal.

Tragem total: 1,5 mil exemplares

ADMINISTRATIVO

DIREÇÃO GERAL

Mano Reski

mano@diariodaserra.com.br

DIREÇÃO ADMINISTRATIVA

Silvana Torres

silvana@diariodaserra.com.br

REDAÇÃO

DIREÇÃO DE JORNALISMO

Fabíola Torres

CONTATO

redacao@diariodaserra.com.br

DEPTO. DE ARTES

Gean Michel Lourenço Costa

Reinaldo Manarin Neto

CONTATO

de@diariodaserra.com.br

adm@diariodaserra.com.br

DEPARTAMENTO COMERCIAL

PUBLICIDADE E ASSINATURA

Diário da Serra Editora e Publicadora Ltda

Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 01

CNPJ 10.285.194/0001-07

PUBLICIDADE LEGAL

E. Torres & Cia Ltda-ME

Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02

CNPJ 14.048.123/0001-07

GRÁFICA

Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME

Av. Tancredo Neves, 1247-W

CNPJ 01.828.544/0001-09

CONTATO

de@diariodaserra.com.br

tancredo@diariodaserra.com.br

85.3326-4724

CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501

www.diariodaserra.com.br

*Curtas

Projeto ‘Presente de Deus’

A Prefeitura de Nova Olímpia, através da Secretaria de Assistência Social, Cras e em parceria com as Usinas Itamarati, concluiu mais uma etapa do projeto de Fortalecimento de Vínculos ‘Presente de Deus’, com o grupo de 22 gestantes.

Tendo a frente dos trabalhos a equipe multidisciplinar do Cras, o projeto teve a duração de 90 dias, com assistência das 22 futuras mães. O objetivo do projeto é acompanhar de perto esse momento especial na vida das futuras mães, que precisam de apoio, orientações e informações e desenvolvimento de atividades manuais de artesanato na formação do enxoval do bebê.

No encerramento, todas as futuras mães receberam enxovais, contendo uma banheira, fraudas, lenço umedecido, haste (cotonete), óleo para o bebê, xampu, body, travesseiro e manta, doados pela Secretaria de Assistência Social e Usinas Itamarati. E também foram sorteados um carrinho de bebê e uma bolsa às gestantes, cortesia das Usinas Itamarati. Houve também a entrega de presentes, cedidos pelos padrinhos e madrinhas das gestantes.

Hospital Municipal

A Prefeitura de Tangará da Serra, por meio da Secretaria de Coordenação e Planejamento protocolou nesta terça-feira, 16 de dezembro, na Vigilância Sanitária, o projeto Arquitetônico do Hospital Municipal, que deve ser apreciado nos próximos dias pela Visa Estadual. Está prevista uma defesa prévia já nesta quinta-feira.

Projeto

De acordo com o prefeito Fábio Junqueira, o projeto foi elaborado por uma equipe do município a fim de definir a estrutura de forma a ser funcional e acessível aos serviços de saúde. “Como a vigilância já tem conhecimento da urgência desta análise para execução da obra, acreditamos que em breve teremos a aprovação estabelecida”.

Confraternização I

A Secretaria de Assistência Social de Tangará da Serra promove nesta quarta-feira, 17, o encerramento das atividades com os idosos. Para isso, será realizada uma confraternização com todos os idosos assistidos pelo Cras, no Pesqueiro Piracema e terá um ônibus a disposição para levá-los, a partir das 8h.

Confraternização II

“Proporcionar um momento de lazer e diversão este é o nosso objetivo neste dia”, relata a secretária Lourdes Fernandes. Esta festa é para todos os idosos que ao longo do ano participaram das atividades desenvolvidas pela Semas em Tangará, Distrito de Progresso e Joaquim do Boche. Haverá um almoço, baile e brincadeiras.

*Bastidores da Política

MT 358

O vereador Weliton Duarte (PT) quer que o Governo do Estado de Mato Grosso promova a urgente recuperação da rodovia MT 358 no percurso que compreende as serras dos Paresí e Tapirapuã. Segundo ele, o volume de acidentes registrados em 2014 demonstra claramente que há necessidade de ações por parte do Executivo estadual.

Acidentes

“Foram registrados, somente este ano, cerca de 200 acidentes, segundo o Corpo de Bombeiros. Dentre esses acidentes, muitos com vítimas fatais e milhões em prejuízos, tanto para os cidadãos como também para o estado. E o mais grave: muitas vidas ceifadas e muitas famílias destruídas”, afirma o vereador Weliton Duarte.

Recuperação

Segundo o presidente da Câmara Municipal, atualmente a MT 358 encontra-se em péssimas condições de uso. Para ele, é preciso que o Governo determine reparos na pista, mas principalmente nos trechos mais perigosos e nas serras. Além disso, defende Duarte, é preciso estudos que apontem correções na engenharia da pista.

Comissões

Antes entrar em recesso parlamentar, os vereadores tangaraenses aprovaram a composição das comissões permanentes do Poder Legislativo para o exercício de 2015. As comissões permanentes são instrumentos legislativos de análise, que integram a estrutura institucional, compostas por vereadores.

Composições I

Para 2015, as comissões permanentes do Legislativo tangaraense serão compostas da seguinte forma: A Comissão de Legislação Justiça, Redação Final e Eficácia Legislativa terá o vereador Luiz Henrique (PTB) como presidente, Zedeca (PMDB) como relator e vice-presidente, Rogério Silva (Pros) como membro.

Composições II

Já a Comissão de Finanças e Orçamentos terá Azenate Carvalho (PMDB) como presidente, Professor Vagner como relator, Dona Neide (PSD) como membro. Na Comissão de Educação e Esportes o presidente será o vereador Professor Vagner, tendo como relator Professor Sebastian (Pros), com Azenate Carvalho como membro.

Composições III

Na Comissão de Saúde, Assistência Social, Cidadania e Direitos Humanos o presidente será o vereador Professor Sebastian; a Comissão de Comércio, Turismo, Indústria, Obras e Serviços Públicos será presidida por Weliton Duarte e na Comissão de Agricultura e Meio Ambiente o presidente será o vereador Niltinho do Lanche (Pros).

Cancelada

Por meio de uma decisão liminar, o juiz Luiz Bertolucci suspendeu a sabatina que seria realizada nesta terça para nomear Janete Riva como conselheira do TCE. Ele argumentou que houve uma tramitação “bastante acelerada” e “incomum” desde a renúncia de Bosaipo até a indicação de Janete pelo Colégio de Líderes da Assembleia.

Três disputam presidência da AMM nesta quinta-feira

Três prefeitos do interior irão disputar a presidência da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), marcada para esta quinta-feira, 18, que será responsável biênio 2015/2016. Concorrerão ao cargo os prefeitos de Nortelândia, Neurilan Fraga (PSD), de Lucas do Rio Verde, Otaviano Pivetta (PDT), e de Alto Paraguai, Adair José Alves (PMDB).

Pivetta, que fechou chapa com o prefeito de Glória D'Oeste Nilton Borgato (PP), afirmou que sua principal proposta é reformar o estatuto da entidade. Já Neurilan, que é do mesmo partido que o atual presidente da AMM, prefeito de Juscimeira, Chiquinho do Posto (PSD), diz não ser a continuidade da atual gestão. E o prefeito Adair, afirmou que a estrutura administrativa da Associação precisa passar por reformas.

Ilustração: Reinaldo Netto